



## **Relatório Final**

### **PIBIC, PIBIC-AF, PIBITI e PIBIC-MS**

<Observação: Favor não alterar o layout desta página de rosto. Apenas preencha os dados nos campos solicitados. A partir da segunda página estão os demais itens do modelo a serem preenchidos.>

EDITAL / PROGRAMA [Digitar o nome e número do edital – Programa (ver Edital)]
<b>PROPCI/UFBA 01/2017 – PIBIC</b>

ESTUDANTE IC (Digitar nome completo, sem abreviações).
<b>Renata Lopes de Amorim Silva</b>

Título do Plano de Trabalho do Estudante (Digitar o título completo, sem abreviações, exatamente igual ao título do plano de trabalho aprovado).
<b>Cartografia social em uma comunidade pesqueira da reserva Extrativista Baía do Iguape</b>

ORIENTADOR (A) (Digitar nome completo, sem abreviações).
<b>Catherine Prost</b>

Título do Projeto do Orientador (A) (Digitar o título completo, sem abreviações, exatamente igual ao título do projeto do orientador(a)).
<b>Cartografia social em comunidades pesqueiras da Bahia</b>

Salvador, Bahia  
Agosto de 2017



### RESUMO (250 a 500 palavras)

As reservas extrativistas compõem desde a década de 1990 uma nova categoria de unidade de conservação de uso sustentável. Isso expressa o reconhecimento oficial da importância das populações tradicionais na preservação ambiental graças a saberes ambientais tradicionais e práticas de uso social dos recursos naturais de baixo impacto ambiental. Em 2005, a resex Baía do Iguape, composta de águas e manguezais, foi criada, agrupando 91 comunidades.

A cartografia foi historicamente ligada ao saber do Estado e aos interesses das classes sociais mais altas. Com isso, os documentos oficiais omitem uma série de contradições presentes nos territórios nacionais. A cartografia social destina-se a produzir mapas que representam grupos sociais marginais, dando visibilidade a grupos que sofrem da ação do Estado ou do capital. Esse tipo de cartografia é geralmente praticado por agentes externos ao aparelho de Estado, tais como ONGs ou pesquisadores. O grupo Costeiros propôs atividades de cartografia social às comunidades da resex Baía do Iguape, que manifestaram grande interesse, o que revela a consciência da necessidade de elaborar produtos que expressam a realidade vivida por elas. De fato, embora essas populações ocupem um território legalmente definido e cedido por um Conselho deliberativo, elas enfrentam os impactos negativos de outras atividades econômicas, umas mais antigas tais como agronegócio e pecuária, outras mais recentes como o estaleiro naval de Enseada. A comunidade de Enseada do Paraguaçu viu seu território se reduzir drasticamente após a instalação do estaleiro em 2014, obrigando a comunidade a sobreviver exclusivamente da pesca e da mariscagem. As questões ambientais e territoriais se revelam através do processo de auto-mapeamento das populações extrativistas locais.

Palavras Chaves: cartografia social, reserva extrativista marinha Baía do Iguape, Enseada do Paraguaçu.

### INTRODUÇÃO

As Reservas extrativistas (RESEX) foram instituídas no ano de 1986 como um tipo de unidade de conservação que garante legalmente a conservação da natureza e o direito de uso, manejo e gestão do território pelas comunidades tradicionais. As primeiras unidades de conservação integral da natureza não permitiam a permanência dos povos tradicionais dentro dos territórios delimitados, somente a pesquisa científica e o turismo eram permitidos. Esta política de caráter preservacionista desconsiderava as territorialidades e as práticas tradicionais enquanto riqueza imaterial que poderia vir a colaborar com a proteção e conservação da natureza (SANTOS, 2007). Até o fim da década de 1980, as comunidades tradicionais não constavam na legislação ambiental brasileira, o que sinaliza o quanto recente é a política de inserção e proteção da diversidade socio-cultural no Brasil.

As populações tradicionais vão ganhar visibilidade através do Movimento Nacional dos Seringueiros que, em sua luta por justiça social e direitos ambientais coletivos, priorizou a criação de uma categoria que se destinasse a proteger áreas de seringais na Amazônia a partir da regulação fundiária (SANTOS, 2007,



ACSELRAD, 2008). Essa conquista foi obtida em um contexto de conflito entre pequenos produtores e extrativistas e os grandes interesses econômicos que cresciam através de incentivos governamentais que visavam a integração da Amazônia. Os povos da Amazônia sentiam a necessidade de se organizar. Uniram-se aos seringueiros os índios, quilombolas e ribeirinhos. Os auto-denominados Povos da Floresta exigiram a categoria de proteção que garantisse “o trabalho e a sobrevivência das populações que estabelecem uma relação de troca e cumplicidade com a floresta” (SANTOS, 2007). O movimento entendia que, articulando a reforma agrária e a proteção das florestas garantindo a manutenção da natureza estaria assim também garantindo a manutenção de modos de vida, valores e saberes que tornariam possível a preservação da sociobiodiversidade existente. A proposta foi incorporada pelo governo no Programa Nacional de Reforma Agrária em 1987 e em 1989 no Programa Nacional de Reforma Agrária (ACSELRAD, 2008 apud ALLEGRETI, 2008).

As transformações ocorridas de uma política exclusivamente preservacionista para uma política também conservacionista com a criação das Unidade de Conservação de Uso Sustentável, representa um avanço nas concepções de proteção dos ecossistemas. O caráter ancestral das tradições e as relações particulares com a natureza possibilitaram às comunidades tradicionais a construção de conhecimentos aprofundados sobre a mesma, o que caracteriza um modo de vida diferenciado da “vida moderna”. Considerar as relações de trocas existentes entre a sociodiversidade e biodiversidade faz emergir novas possibilidade de cuidar e proteger a natureza (SANTOS, 2007). Como Boaventura afirma:

“é o caso, por exemplo, da preservação da biodiversidade tornada possível por formas de conhecimento camponesas e indígenas e que, paradoxalmente, se encontram hoje ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna. E não deverá espantar-nos a riqueza dos conhecimentos que conseguiram preservar modos de vidas, universos simbólicos e informações vitais para a sobrevivência ...” (Boaventura, 2010 apud Santos, Meneses e Nunes, 2005)

As RESEX foram definidas a princípio como “território destinado à exploração auto-sustentável” (SANTOS, 2007). Os saberes ancestrais produzidos pelas



comunidades permitem usos sociais dos recursos naturais considerados mais sustentáveis do que as práticas modernas que se sustentam na lógica da acumulação. Mais tarde, em 1990, a Reserva Extrativista é definida como “uma área utilizadas por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os modos de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais”. No entanto, para pensar sustentabilidade da vida dessas populações, a criação de uma categoria não é suficiente; é preciso considerar os conflitos que ainda incidem sobre os territórios e que não se diluíram com a criação das RESEX.

#### MATERIAIS E MÉTODOS

- Levantamento bibliográfico em dissertações, artigos, livros na biblioteca do IGEO e na internet.
- Visitas de campo em Pilar (15/02, 08/04, 24/04, 20/05):
- Campo em Enseada (30/06): encontro de reconhecimento e contato com a comunidade, entrevista de moradores antigos e planejamento da oficina.
- Oficina de cartografia social (21/07): público de 10 pessoas da comunidade de enseada mobilizadas pela liderança social. Utilização de imagem de satélite (GoogleEarth Pro) e trabalho em cima da imagem com canetas e lápis para marcar os pontos. A equipe fazia perguntas para orientar as falas sobre a história das comunidades, as territorialidades fundamentadas nas práticas sociais e os conflitos com atores econômicos.
- Produção de mapas em laboratório a partir dos programas JOSM e QGIS.
- Atividades a serem complementadas após o fim da bolsa por falta de tempo (cf. Principais dificuldades): submissão dos mapas à apreciação da comunidade para finalização, impressão e entrega à comunidade.



## RESULTADOS

As Reservas Extrativistas Marinhas (REM): o caso da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape

Posteriormente, a categoria de RESEX foi apropriada por outros grupos extrativistas, como foi o caso dos pescadores e das marisqueiras, fazendo surgir uma categoria específica para este grupo, as Reservas Extrativistas Marinhas (REM). O artigo 18 do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (lei n. 9985 de 18/06/2000) define as Reservas Extrativistas Marinhas (REM) como:

Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (SNUC, 2000)

A Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape está localizada na região do Recôncavo Sul e abrange os municípios de Maragojipe, São Felix e Cachoeira. Foi reconhecida enquanto Reserva Extrativista - unidade de conservação no ano 2000, a partir de uma solicitação da comunidade pesqueira local e do reconhecimento de sua diversidade socioecológica e do interesse em conservá-la ( AFONSO & PROST, 2009). A poligonal da Resex Baía do Iguape se estende 8.117,53 ha, sendo 2.831,24 ha de área de manguezal e 5.286,29 ha de águas internas brasileiras ( AFONSO & PROST, 2009). . Abriga 94 comunidades, das quais grande parte é composta por pescadores-marisqueiras-agricultores e/ou quilombolas, o que lhe assegura uma grande complexidade. Grande parcela da população realiza atividades de extrativismo marinho e vegetal e atividade agrícola. A pesca é uma prática secular nessas comunidades, ainda predominantemente artesanal e de baixo impacto ambiental.

O manguezal é de enorme importância para as comunidades da resex Baía do Iguape, apresenta um rico e complexo ecossistema de animais diversos e vegetação com mecanismos que permitem seu desenvolvimento em águas salobras. É o berçário de muitas espécies, que se alimentam de um solo riquíssimo em nutrientes e matéria orgânica que se renova a partir da constante deposição de sedimentos trazidos pelos cursos d'água e depositado nas áreas onde estão os



manguezais. Essa combinação lhe garante uma complexidade particular. A dinâmica ecossistêmica vem sendo sofrendo grandes modificações devido grandes empreendimentos que se instalam dentro da RESEX e nos seus arredores como é o caso da barragem de Pedra do Cavalo e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

É com a natureza que mulheres, homens e crianças desenvolvem um tipo de relação de cumplicidade e no qual constroem saberes particulares de caráter ancestral com o meio que é base de sustentação de muitas famílias. Realizam atividades de baixo impacto ambiental como a pesca artesanal, a mariscagem, a agricultura e o extrativismo vegetal. A maré e a terra além de ser sustento, é a conexão dessas populações com a sua ancestralidade, que se faz presente através do modo de viver e fazer (AFONSO & PROST, 2007).

Essas populações são denominadas populações tradicionais devido ao caráter ancestral de suas práticas. Suas relações de cumplicidade com a natureza evidenciam o quanto fundamental foi a resistência secular empreendida nesses territórios para a preservação desse riquíssimo patrimônio natural. Consolidando ainda mais a ideia de que o ente humano pode contribuir para a preservação do meio através de saberes não-científicos e que a modernização das práticas não significa necessariamente que será menos nociva ao meio, como evidenciam as comunidades tradicionais e seus saberes seculares.

A pesquisa presente responde a demandas das comunidades da RESEX Baía do Iguape. Quando a cartografia social foi apresentada na reunião ao conselho deliberativo da RESEX, foi unânime o reconhecimento da importância de um auto-mapeamento pelas comunidades para fortalecer o processo organizativo e ficar visível em documentos escritos. Foi decidido entre os conselheiros quais das 94 comunidades que compõe a RESEX Baía do Iguape seriam contempladas pela cartografia social. Foi decidido entre eles que dois grupos de comunidades seriam contemplados 1) São Roque e Enseada ao sul da RESEX, duas comunidades que foram afetadas diretamente pela instalação do estaleiro naval, 2) Tabuleiro da Vitória, Pilar e Engenho da Vitória ao norte da RESEX, que não foram contemplados em cartilha realizada pelo estaleiro como uma das medidas de compensação ambiental.



## **CARTOGRAFIA SOCIAL**

### **A cartografia a serviço do Estado e do Poder**

É importante o entendimento de que todo mapa é realizado a partir de um ponto de vista. Através da evolução das técnicas relacionadas à representação do território, a cartografia representa o poder de definir, descrever e possuir o território, ao menos simbolicamente (ACSELRAD, 2008). O saber cartográfico esteve intimamente ligado à Geografia até o século XIX, quando, por razões econômicas e militares, é dissociado desta, marcando o surgimento da Cartografia enquanto disciplina destinada aos especialistas e dirigentes dos Estados (LACOSTE, 1980). Neste mesmo período, desencadeia-se a produção de mapas em larga escala. Essa dissociação marca o que o autor chama de geografia dos professores e geografia dos Estados-Maiores.

A cartografia, desde o surgimento dos Estados, esteve associada às formas de poder, controle e dominação do território pelos agentes hegemônicos - governo, militares e grandes comerciantes - imprimindo nos mapas discursos políticos e objetividade no intuito de facilitar e legitimar o controle da soberania, da exploração e até da expansão do território pelo Estado. De acordo com Lacoste (1980) “essas cartas, cujo estabelecimento exigiu esforços e despesas, assim como domínio intelectual e político dos espaços que representam, foram e são ainda meios de ação e instrumento de poder”. A geografia foi estrategicamente utilizada para definir o Estado enquanto entidade espacial, permitindo um controle centralizado sobre o território nacional. A informação geográfica garantiu uma concentração de poder sobre o território e incluindo as pessoas, que foi fundamental para que a dominação se efetivasse em todo território nacional. Através da representação cartográfica, são expressados as crenças e valores hegemônicos que sustenta o discurso e o ação do Estado. A partir das “diversas informações cartografadas se torna possível compreender as relações, as interações entre os múltiplos elementos da diversidade, o que é também uma maneira de preparar a ação” (LACOSTE, 1976). A estes agentes está assegurado - com ajuda da ciência e do direito - o desejo de proteger as riquezas nacionais para que nenhum outro grupo social se apodere



dela.

Os grupos sociais que carregam o traço da experiência colonizadora foram marginalizados desde a ocupação do Brasil. Entre eles estão a população negra, os povos indígenas, as comunidades tradicionais, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, marisqueiras e pescadores, entre outros tantos que existem e resistem na invisibilidade. Essa foi a estratégia de sobrevivência adotada durante séculos, manter-se na invisibilidade. Tendo os seus saberes e modos de vida ocultados e eliminados, esse processo violento é legitimado pelo direito institucional e desconsiderado pelo saber científico. Mas com o avançar da pressão fundiária e da era da informação, a estratégia muda: precisam se tornar visíveis. Suas visões a respeito do seu próprio território são ocultados por aqueles que dominam as técnicas de mapeamento e que pretendem, nesse epistemicídio dos saberes e visões, impedi-los de realizarem uma própria representação do seu território na medida em que se especializam mais as tecnologias de representação do território e estas se tornam menos acessíveis, precisando necessariamente de intermediários para fazê-lo.

A geografia, nesse sentido, através da cartografia social pode tornar as ferramentas de mapeamento e códigos da epistemologia cartográfica do poder acessíveis para grupos marginalizados.

### Cartografia social enquanto contra-cartografia

A necessidade das comunidades se representarem, assim como a necessidade de assumir a identidade de comunidade tradicional pesqueira e/ou quilombola, como é o caso das comunidades da resex Baía do Iguape, surge da ameaça ao poder das comunidades sobre o seu território por forças econômicas e pelo Estado. O conhecimento das ferramentas e o acesso a informações geográficas por estes grupos servem para dar visibilidade e legitimar o discurso destes na área do direito e das políticas públicas. Os grupos sociais descobriram que o mapeamento é um instrumento precioso para o controle, como para a organização e a criação de estratégias comunitárias para o enfrentamento dos conflitos, na disputa pela legitimidade de suas representações, ou ainda para o planejamento e a gestão do



seu território. Destinados a dar continuidade ao enfretamento que se faz desde a colonização, a apropriação e o uso das ferramentas cartográficas pelas populações tradicionais tornam-se fundamentais para que estas conquistem a visibilidade almejada e a defesa de seus territórios contra a apropriação violenta do capital.

As mudanças técnicas que seguiram os anos 1990 trouxeram inovação à área de mapeamento com a chegada das tecnologias digitais (ACSERALD E COLI, 2008) ampliando o leque de possibilidades de uso. Este marco sinaliza um momento de democratização mais intensiva das informações geográficas. Essa tendência é possibilitada pela disseminação de *softwares* alternativos aos programas até então pagos, desenvolvidos com o propósito de ampliar a participação popular na produção de mapas, de modo a favorecer a abertura das práticas de contra-mapeamento. Trata-se de um mapeamento contra-hegemônico que imprime as visões locais para o exterior, produzindo *mapas de existência* (ACSELRAD E COLI, 2008). Após o surgimento dos *softwares* livres, do *Public Participatory Geographic Information System* (PPGIS) e do *Participatory Geographic Information System* (PGIS), o processo de democratização das técnicas de mapeamento ampliou as possibilidades de experiências de mapeamentos mais participativos. A presença de novos sujeitos na produção dos mapas abriu o campo da cartografia para que múltiplas formas de interpretar o território se tornem possível de serem representadas, acenando o surgimento do que poderíamos chamar novas epistemologias cartográficas de caráter contra-hegemônico na medida em que representam o território sob a ótica dos povos marginalizados, fazendo referencia a Boaventura (2010). A cartografia social pode ser entendida também como o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo.

É neste contexto que se dará a produção de mapeamento participativos entendido por Acelsrad (2008 apud HERLIHY e KNAPP, 2003) como “aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento”. O marco de democratização das plataformas de mapeamento (SIGs) possibilita que a pluralidade de visões sobre o território, sustentada por valores outros como é o caso das comunidades tradicionais que disputam as modalidades de uso do território com o agronegócio,



as grandes corporações e o Estado seja representada e possa ser garantida para os protagonistas que vinham sendo invisibilizados.

A necessidade de auto-mapeamento no contexto dos seringueiros do Acre emergiu da disputa pela terra e pelas modalidades de uso do território a partir de “discussão sobre o modo de apropriação da terra e a localização preferencial das reservas” (ACSELRAD, 2008, p. 29). Foram priorizadas as áreas de conflito, locais onde moravam os seringueiros, os locais onde estavam as seringas e as castanhas (ACSELRAD, 2008). A partir de 1990, a disseminação da produção dos mapas por atores contra-hegemônicos tem permitido uma multiplicidade de formas de interpretar e representar o mundo, dando surgimento a um novo grupo de mapas conhecidos como mapas participativos ou cartografias sociais.

O que encontramos no atual cenário do mapeamento cartográfico, como afirmam Alcselrad e Coli (2008, pág.14) é uma arena de “disputa de diferentes representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que articula-se as próprias disputas territoriais”. Ainda de acordo com Boaventura (2010), a luta pela justiça social é também uma luta pela justiça cognitiva e epistêmica, sabendo que “o mapa enquanto representação gráfica espacial é indissociável do discurso do seu produtor” (JOLIVEAU, 2008). O processo de elaboração de mapas é uma ferramenta valiosa; mais do que o produto final (o mapa), a cartografia social está interessada no processo e tudo o que emerge para a população e para os pesquisadores, que estava esquecido e pode passar a ser visto, zonas conflitos adormecidos ou não e uma compreensão integrada da realidade. Sua tradução gráfica revela os fenômenos graças à análise conjunta de diversas variáveis geográficas (ACSELRAD, 2008) é desenvolvido forma de linguagem que comunica visualmente. Sobre a capacidade de revelação dos mapas, Joliveau (2008) diz que:

“Uma vez superado o problema da compreensão dos fenômenos. E, para este objetivo, os mapas que apresentam indicadores elaborados, mesmo simples, podem se tornar mais eficaz, porque podem tornar evidentes, ou relacionar, fenômenos que uma simples leitura de indicadores elementares não permite perceber. Esta é, segundo Cappuis e Golbéry, a razão pela qual os políticos os consideram tão perigoso. Sua tradução gráfica revela os fenômenos escondidos, os resultados em contradições com as políticas gerais pretendidas, as dinâmicas pressentidas que se prefere não ver. fenômenos se tornam tão evidentes nos mapas que eles podem contribuir para expressar violentamente conflitos subjacentes.” (JOLIVEAU, 2008, pág. 49)



O protagonismo comunitário é fundamental para a construção da representação própria de populações que produzem territorialidades e saberes particulares produzidos. Elas vivem o território o que conferem a este grupo social um sentido próprio de existir e se reproduzir. Estamos propondo uma troca entre saber científico e não-científico, em que seja possível considerar a coexistência de saberes, sem necessariamente hierarquizá-los e deslegitimá-los por serem produzidos fora do seio daquilo que a academia considera como conhecimento. A construção de uma cartografia social envolve a participação direta da comunidade para o mapeamento de temas tão diversos quanto forem as necessidades, como: levantamento do uso da terra, seus limites territoriais, conflitos, manifestações culturais, e etc.

### A resex Baía do Iguape e o caso de Enseada do Paraguaçu

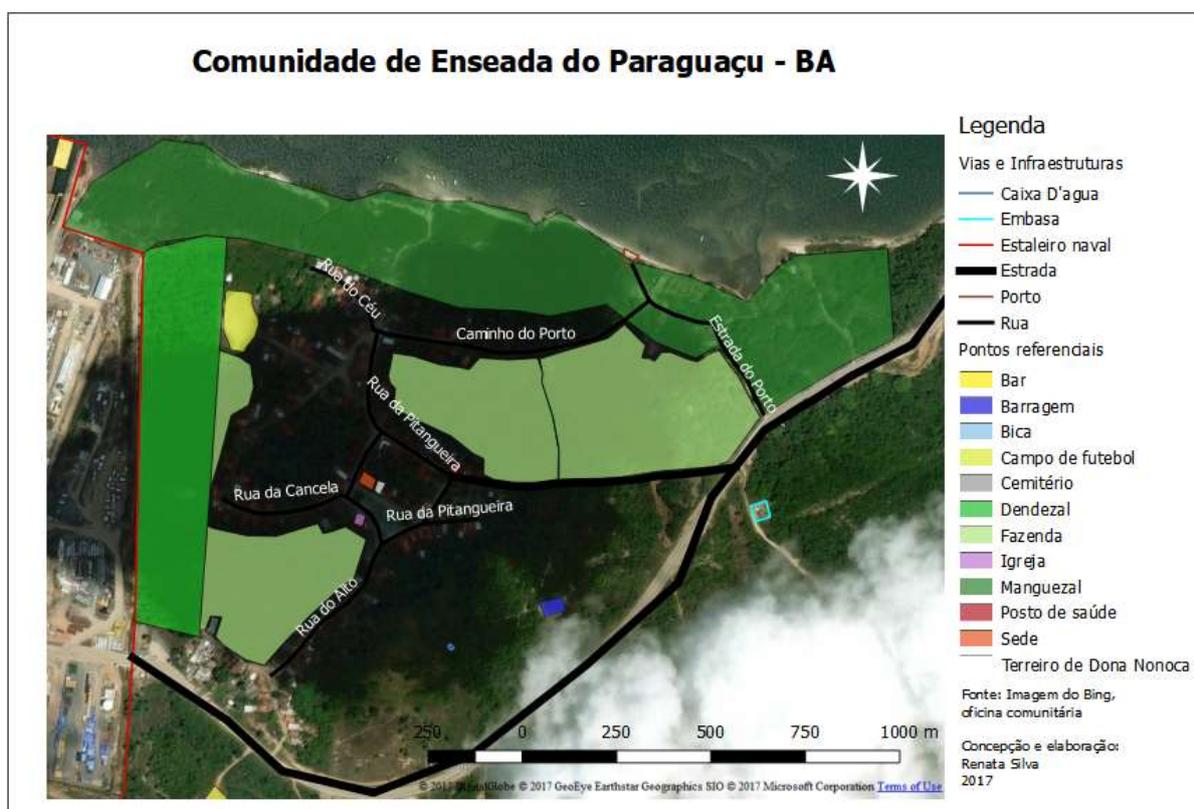
De 1992 até 2009 foram criadas 19 Reservas Extrativistas marinhas no Brasil, destas, 4 estão na Bahia. A RESEX Baía do Iguape foi a primeira a ser criada na Bahia. É a menor em termos de extensão espacial (OLIVEIRA, 2012), contudo, esta Resex se destaca pela elevada população, a saber 91 comunidades que representam pouco menos de 13.000 pessoas. A dinâmica nesse espaço encontra atividades que se complementam e atividades que conflitam. A realidade dos conflitos da Resex Baía do Iguape é marcada pela presença de fazendas margeando a Resex, cujos donos têm interesses econômicos contrários aos das comunidades. São recorrentes ações que desmatam a vegetação para pastagem, plantação de monoculturas e implantação de cercas nas áreas de mangue (OLIVEIRA, 2012).

Para Haesbaert (2004), o território em qualquer acepção, significa poder em seu sentido mais concreto (dominação) ou mais simbólico (apropriação), essas duas vias coexistem nas territorialidades produzidas pelos agentes que influem sobre o território. A apropriação simbólica está preenchida das marcas do vivido, conferindo o seu valor de uso, enquanto a apropriação concreta é mais funcional e associa-se ao valor de troca da propriedade, mais comum na lógica capitalista hegemônica. Geralmente essas duas formas de apropriação entram em choque, pois quanto

mais funcionalizado, menos serve a apropriação. O território é permeado pelas relações de poder dos múltiplos agentes e sujeitos envolvidos na sua reprodução, por isso, é necessário distingui-los, até porque os mecanismos de poder sobre o territórios se manifestam de formas diferenciadas (HAESBAERT, 2004).

A oficina de cartografia social foi realizada na comunidade quilombola Enseada do Paraguaçu ao sul do Recôncavo. De acordos com os moradores, a comunidade existe há pelo menos 200 anos. Relatam que o surgimento da comunidade é confuso e que os mais velhos ainda temem falar sobre o assunto. As primeiras ocupações em Enseada ocorreram na rua da Cancela (ver mapa 1) com casas de taipa e palha e pequenos roçados. Os moradores viviam principalmente da maré, da agricultura e do extrativismo de piaçava e dendê.

Mapa 1 – Comunidade de Enseada do Paraguaçu



A comunidade esteve cercada por fazendas ao longo de todos esses anos: Fazenda Corujão, Fazenda Nova Esperança, Fazenda Cruzeiro e Fazenda da



família Silva. Esta última se estende por quase todo o entorno das casas dos quilombolas. O restante dos limites das casas da comunidade pertence à fazenda Paixão. Pertencem aos quilombolas apenas suas casas, não possuindo terras as quais cultivaram suas roças ou praticaram o extrativismo, apesar de realizar todas essas atividades há centenas de anos. Deviam ter a permissão dos fazendeiros para realizar suas atividades, sempre deixando metade ou mais de sua coleta ou colheita na mão dos fazendeiros. O domínio do território é também o domínio sobre as pessoas, como ilustra bem o presente exemplo.

Na prática de roçado, praticavam o pousio para dar o devido descanso às terras cultivadas; as novas áreas deviam ser solicitadas ao fazendeiro. A comunidade costumava plantar mandioca para fazer farinha. Contava com quatro casas de farinha, três delas dentro das fazendas. Para serem utilizadas pela comunidade, haviam de deixar metade ou mais da produção de farinha para o fazendeiro. Algo muito semelhante acontecia com as práticas extrativistas de dendê e piaçava. Essas atividades que já foram fundamentais são hoje muito pouco realizadas. Os principais locais de extração estavam nas fazendas. O que era coletado devia ser vendido ao fazendeiro, a piaçava vendida por quilo e o dendê por cacho coletado. A mariscagem e a pesca talvez tenham sido as atividades que deram maior autonomia aos quilombolas ao longo desses anos; são hoje as principais fontes de renda da comunidade.

Segundo os moradores mais velhos, os gados das fazendas eram criados soltos e destruíam todo o roçado. Tal situação foi inibindo o cultivo do roçado e os lavradores foram abandonando a prática. Quanto às atividades de extrativismo, antes permitidas a todos dentro da regra 50/50, atualmente passaram a ser restritas. Somente pode coletar quem for contratado pelos fazendeiros e tudo que for coletado é vendido para eles. São eles quem determinam como, quando e quem vai fazer o trabalho.

A grande maioria das fazendas que cercam a comunidade de Enseada é improdutiva. Os quilombolas alegam não terem o conhecimento de documentações de propriedade e durante a oficina foi observado pelo grupo participante que não sabia identificar exatamente as dimensões, onde começa uma fazenda e termina a



outra.

Enseada foi certificada enquanto remanescente de quilombo pela Fundação Cutural Palmares no ano de 2006. Desde o início do processo encontrou grande resistência por parte dos fazendeiros que temiam perder o domínio do território e das pessoas, recorrendo a mandados de segurança para deslegitimar o processo. Em contrapartida a comunidade fundou uma Associação Quilombola. Os moradores nos contam que sofreram ameaças de morte, invasões de residência, restrição de acesso a determinadas áreas, destruição de roças e casas por parte dos fazendeiros que diziam que os quilombolas de Enseada do Paraguaçu viviam nas terras deles (SOUZA, BARBOSA, VELAME, 2013).

#### DISCUSSÃO

A comunidade vive uma relação conflituosa com os fazendeiros. O que está em jogo é a disputa pelo território e seu valor de uso atribuído pela comunidade em conflito com o valor de troca de grandes terras improdutivas. Perpetuam-se relações de poder muito próxima à corveia. É possível perceber grandes semelhanças entre as relações de poder atuais e passadas vividas por este grupo social. Mudam-se os agentes, no entanto a situação de vulnerabilidade e a correlação de forças entre eles se perpetua.

A conquista da titularidade de quilombolas, de acordo com um morador mais velho, emponderou a comunidade. No entanto, as etapas seguintes à certificação, como a demarcação e homologação, não foram realizadas e o processo está parado no INCRA há cerca de dois anos. Isso significa que a comunidade não tem título de posse das terras, permitindo que o conflito entre a comunidade e os fazendeiros se perpetue e que herdeiros do antigo proprietário da Fazenda Corujão sigam cobrando anualmente arrendamentos de terras a algumas famílias quilombolas.

As transformações ocorridas nas atividades realizadas pelos quilombolas, em verdade, acontecem em função das opressões e cerceamentos dos fazendeiros, da ausência do poder público e de outros agentes hegemônicos que vêm se instalando na região. O atraso na conclusão da etapa de elaboração do Relatório técnico de



Identificação e Delimitação (RTID) das terras quilombolas é um grande empecilho para que a comunidade de Enseada possa emancipar o seu território e a suas vidas do controle dos fazendeiros.

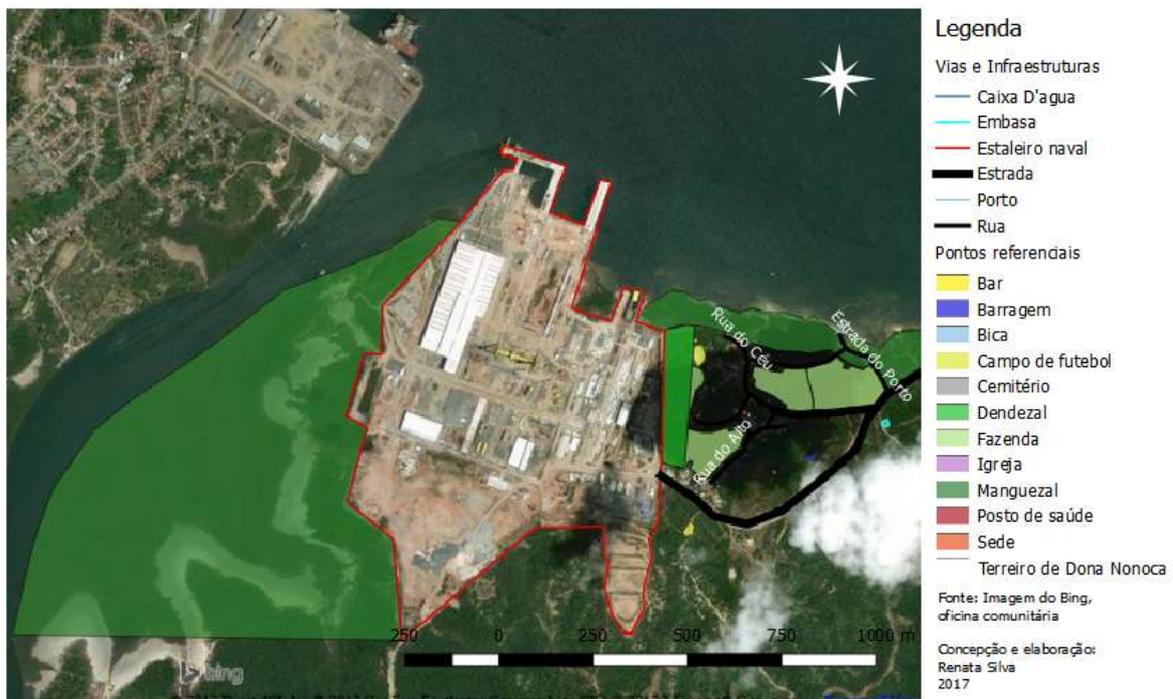
O caso de Enseada é comum ao de outras comunidades que estão dentro da poligonal da resex Baía do Iguape. Uma conjuntura ainda mais preocupante pode ser esperada pelas comunidades que não têm certificação quilombola e não tem como assegurar o seu território de chão. Portanto, uma primeira contradição a respeito das Reservas Extrativistas Marinhas (REM) precisa ser evidenciada. Muitas das REM consideram e asseguram às comunidades tradicionais apenas o território marinho, omitindo, no entanto, que as comunidades tradicionais, apesar de terem a pesca e a mariscagem como principais atividades, em geral praticam pluriatividade. Agricultura e outras atividades extrativistas ou não, como produção do óleo de dendê, de farinha, coleta de piaçava, são todas realizadas em terra firme para subsistência e complementação da renda da família. Assim sendo, os locais de moradia e as áreas de exploração não têm proteção assegurada pela RESEX, que se propõe no entanto a proteger os meios de vida e a cultura das populações. Isso leva a conflitos com o entorno, conflitos fundiários e exclusão por setores economicamente mais fortes como o turismo (CHAMY, 2004), o agronegócio, a carcinicultura, os grandes empreendimentos em geral, dentre outros.

Voltando ao caso de Enseada, nos últimos 40 anos a comunidade de Enseada tem sido fortemente impactada por grandes empreendimentos industriais construídos na região do entorno da resex. É o caso da hidrelétrica da barragem Pedra do Cavalo a montante da Baía do Iguape e do estaleiro naval de São Roque do Paraguaçu (ver Mapa 2). Este iniciou suas obras na década de 1970 com a implantação do canteiro de obras da Petrobrás em São Roque, distrito de Maragojipe, para a construção de duas plataformas. Mais recentemente foi construído um estaleiro naval do lado da comunidade da comunidade de estudo, um consórcio entre as empresas Odebrecht, OAS, UTC e a *Kawasaki Heavy Industries* que impactou drasticamente a dinâmica da comunidade. A construção de grandes empreendimentos dentro ou próximo da Resex, autorizados e financiados pelo governo federal, associado ao governo do estado e ao município como é o caso

desses três empreendimentos. Esses grandes projetos fazem dos poderes globais agentes significativos de conflito com as comunidades. Inseridos em um pacote de medidas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), os gigantes que se instalam nesses territórios transformam radicalmente a dinâmica cotidiana e afetam diretamente os ecossistemas marinhos tão essenciais a reprodução social das comunidades de pescadores e marisqueiras. Evidenciam como as escalas de poder podem ser de caráter exclusivo e predatório. Demonstram como lógicas verticais de produção, externas ao lugar, afetam negativamente as populações locais desconsiderando a sua existência. Mas como observa Santos (2006), os lugares representam os locais onde se realizam as lógicas verticais, mas também os locais surgem as resistências.

Mapa 2 – Uso e ocupação da terra

### Mapa de uso e ocupação da terra - Enseada do Paraguaçu - BA



Diante da situação de vulnerabilidade econômica e social na qual se encontrava Enseada, o Estaleiro Enseada do Paraguaçu chegou para a comunidade de



Enseada como uma oportunidade de aumentar a renda e de sair da situação de escassez que a configuração territorial de posseiros promovia e ainda promove. As promessas de emprego assalariado fizeram com que muitos abandonassem as atividades de extrativismo de dendê, piaçava e a própria pesca na intenção de serem empregados pelo estaleiro. O novo cenário de oportunidades criou um movimento dos “filhos de Enseada” que residiam em Salvador. A comunidade estava dividida: grande parte estava animada com a possível mudança de vida, mas uma pequena parte sabia que o Estaleiro traria problemas em longo prazo. De acordo com os moradores, durante dois anos (2014-2016) muito dinheiro chegou para os trabalhadores contratados pelo estaleiro. Gente que não tinha salário fixo passou a receber mais de 1.000 reais por mês. É importante destacar que o trabalho destinado para os contratados da comunidade era o trabalho braçal e a sua participação seria necessária nas etapas de construção do estaleiro, ou seja, trata-se de 11.000 de empregos pensados para serem temporários. Após a conclusão das obras, boa parte dos contratados da comunidade seria desempregada reduzindo para o número 2.000 contratados. Além disso as contratações eram de curto período, a prática de contratar e demitir em pouco tempo o funcionário só para constar o número de contratação exigido era muito comum. No entanto, os danos no ecossistema e na dinâmica ecológica causados pela redução das áreas de mangue, onde eram praticadas as atividades extrativistas, será duradouro. Quando as comunidades são privadas dos meios de produção que garantem a subsistência e a possibilidades de comercialização do excedente, tornam-se vulneráveis na defesa do seu território. Cria-se um cenário muito difícil para a reprodução da vida e das práticas sociais tradicionais.

Com a ameaça de desapropriação de algumas fazendas na perspectiva da demarcação da terra quilombola e considerando baixa a indenização oferecida pelo Estado, os donos aproveitaram da oportunidade do estaleiro se instalar. As três fazendas (Cruzeiro, Gurujão e Nova Esperança) foram vendidas para a construção o consórcio, restaram apenas uma pequena área da fazenda Gurujão. No entorno do estaleiro, com pequenas áreas de manguezal e de dendezal, como foi sinalizado pelas comunidades na oficina. A antiga prática de coleta de dendê não pôde



continuar uma vez que restou agora uma pequena porção insuficiente para a produção.

Há aproximadamente dois anos, após a descoberta do envolvimento da OAS na Operação Lava Jato, as obras foram embargadas. Desde então os moradores de Enseada e outras comunidades foram desempregados em massa. A obra faraônica do Estaleiro desmatou e soterrou manguezais está ociosa. Os moradores das comunidades locais foram proibidos de pescar do lado do estaleiro. Hoje todos que haviam abandonado a pesca para estão voltando para a atividade, porém a dinâmica ambiental se encontra muito diferente.

Como poderá então ser feita uma demarcação justa, sabendo que era nessas fazendas que se realizavam o preparo de farinha e algumas atividades de extrativismo importantes? Como a construção do Estaleiro transforma e descaracteriza a vida da comunidade e suas práticas tradicionais? Como a RESEX pretende assegurar a reprodução das comunidades de marisqueiras e pescadores e o seu modo de vida sem assegurar suas terras continentais?

A estratégia de invisibilidade empreendida pelos agentes hegemônicos é cruel com essas comunidades. “Na fala de alguns moradores a comunidade quilombola de Enseada ‘nem estava no mapa do Brasil” (SOUZA, BARBOSA, VELAME, 2013, p.45).

Os caminhos para os principais locais de mariscagem dos quilombolas de Enseada passavam dentro das fazendas. Segundo os moradores o terreno era plano e a caminhada durava entre 20 e 30 minutos. Após a construção do estaleiro naval, a única forma de acesso é subindo o morro o que leva aproximadamente 1 hora ou pagando um canoeiro, por um preço que varia de 10 a 15 reais dependendo do trecho do mangue em que se queira mariscar. Muitas vezes não é vantagem pagar a canoa saindo mais caro do que o valor da venda do pescado.

Mais importante do que o produto final é o processo das trocas de informações que a cartografia social nos possibilita. O grupo identifica os locais, os fenômenos e os trajetos importantes para comunidade. O campo do invisível se revela: os símbolos intimamente integrados no território, as histórias e memórias, os conflitos adormecidos, as disputas e as relações de poder e suas diferentes configurações



no espaço-tempo que se ocultam aos olhos dos que pesquisadores. A partir das análises feitas pelo grupo foi possível entender o desaparecimento de algumas práticas como é o caso do extrativismo do dendê. Quando territórios inteiros são suprimidos, como é o caso dos dendezaís, as práticas também vão se extinguindo e o modo de vida se transformando por força dos agentes hegemônicos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (máximo 15)

- ACSELRAD, Henri (org.) Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro, UFRJ, IPPUR, 2008.
- ACSELRAD, Henri. Disputas territoriais e disputas cartográficas e. In ACSELRAD, H. Cartografias sociais e Território. Rio de Janeiro, UFRJ, IPPUR, 2008.
- AFONSO, Soraia M.;PROST, Catherine. Impactos de atividades econômicas sobre os recursos hídricos na Baía do Iguape e Saubara. In: 12º Encuentro de geógrafos de América latina, 2009, Montevideo. 12º Encuentro de geógrafos de América latina. Montevideo: Easy Planners, 2009. v. 1. p. 1-15.
- AFONSO, Soraia M.;PROST, Catherine. Transformações sócio-espaciais da Baía do Iguape e seus reflexos na atividade pesqueira. In: VIII Seminário de pesquisa e pós-graduação, 2007, Salvador. VIII Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação - Resumos. Salvador, 2007. v. 1.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão. Revista do Departamento de Geografia, 2014.
- CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum.. In: El Décimo Congreso Bienal de la Asociación Internacional para el Estudio de la Propiedad Colectiva (IASCP), 2004, Oaxaca. Los recursos de uso común en una era de transición global: retos, riesgos y oportunidades, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios às múltiplas territorialidades. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acessado em: 08/06/2017.
- LACOSTE, Yves. A geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra. 1976. Tradução Maria Cecília França. Disponível em: <https://seminariosgeografiaufsc.files.wordpress.com/2013/05/yves-lacoste-geografia-serve-para-fazer-a-guerra.pdf> . Acesso em: 05/03/2017.
- LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.
- OLIVEIRA, Gilsimar. Identidade territorial das comunidades do entorno da Reserva Marinha Baía do Iguape. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- PROST, Catherine, CERQUEIRA, I. L. S.. Pesca artesanal em áreas protegidas: territórios conjugados. In: VI SINGA - VI Simpósio Nacional e V Simpósio



Internacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. Anais do VI SINGA. Belém: UFBA, 2011. v. 1. p. 1-16.

SANTOS, Mário. Unidades de conservação, educação e planejamento comunitário: Uma análise da realidade da reserva extrativista marinha Bahia do Iguape. Dissertação (Mestrado em Geografia), IGEO, UFBA, Salvador, 2007.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço, São Paulo: EDUSP, 2006.

#### ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

- Levantamento bibliográfico durante toda a pesquisa;
- Campo em Pilar (15/02, 08/04, 24/04, 20/05):
- Campo em Enseada (30/06): Primeiro encontro para conhecer e fazer contato com a comunidade, fomos recebidas pela liderança e também conselheira da RESEX Baía do Iguape, Liliane. Organizamos a oficina que seria realizada no dia 21/07.
- Oficina de cartografia social (21/07): Realizamos a oficina de cartografia social com 10 pessoas da comunidade de enseada, utilizamos imagens de satélite e GPS para marcar os pontos. Finalizamos a primeira etapa de oficinas.
- Produção de mapas

#### PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CIENTÍFICAS E PUBLICAÇÕES

#### DIFICULDADES ENCONTRADAS / CAUSAS E PROCEDIMENTOS PARA SUPERÁ-LAS

No início do trabalho (janeiro, pois foi efetuada uma substituição de bolsista) apesar de três tentativas de articulação não conseguimos realizar as oficinas de cartografia social com o grupo de comunidades (Fazenda Pilar, Tabuleiro da Vitória e Engenho da Vitória). Para marcar todos os encontros era preciso combinar nossas agendas com as agendas dos pescadores intricadamente ligada às fases da lua e as marés. Por isso os grandes intervalos entre um encontro e outro. No primeiro encontro (15/02) conhecemos a comunidade e a liderança, Seu Popó, liderança da comunidade que responsável por articular o grupo de comunidade envolvido no



processo. No dia 08/04, diante da falha de comunicação ocorrida entre nós e seu Popó, os moradores das outras comunidades envolvidas já não estavam presentes, teve mal entendido sobre o horário da atividade. No dia 24 de abril, nos dirigimos à Fazenda Pilar como combinado no campo anterior (08/04), também encontramos dificuldades não conseguindo confirmar o encontro, Seu popó nos comunicou a ausência dos moradores, justificando que “a maré tinha virado” e que “emendou uma maré na outra”. Por conta disso, nenhum dos moradores tinha ainda voltado da maré e a reunião não aconteceu. No encontro seguinte (20/05), só havia uma pessoa presente. Entre falhas de comunicação e desarticulação da comunidade, decidimos pela urgência do tempo que nos restava que iríamos ao encontro da outra comunidade que solicitou o trabalho de cartografia social na reunião do conselho deliberativo a saber a comunidade de Enseada do Paraguaçu.

Salvador, 15 de agosto de 2017.

---

Estudante

---

Orientador (a)

Secretaria do Programa  
Rua Basílio da Gama, 06. Canela.  
Salvador – BA. 40.110-040.  
Tel.: 71 3283-7968 / 3283-7970  
E-mail: [pibic@ufba.br](mailto:pibic@ufba.br)